

# Caciquismo e Política em Portugal

## Uma perspectiva sobre a Monarquia e a I República

Fernando Farelo Lopes\*

*Resumo:* Este artigo fornece uma abordagem genérica das relações caciquistas em Portugal (1890-1926), articulando aspectos teóricos e histórico-factuais. No essencial, trata-se de descrever as características básicas destas relações e de mostrar a sua proeminência relativamente a outras modalidades de organização e distribuição do poder, mediante uma análise sumária dos vínculos e fontes de patrocínio, do processo eleitoral e das organizações políticas.

As relações caciquistas (ou clientelares) caracterizam-se pela durabilidade e pela extensividade. Elas condicionaram o regime liberal nos séculos XIX e XX, o que se aplica preferencialmente aos países do Sul da Europa e da América Latina. A sua presença é ainda hoje detectável nas mais diversas latitudes, incluindo as sociedades desenvolvidas, embora possa surgir sob novas roupagens e sem a proeminência de outrora<sup>1</sup>.

Apesar disso, exceptuando um ou outro artigo<sup>2</sup>, os estudos consagrados à sociedade portuguesa e, em particular, aos aspectos políticos da Monarquia constitucional e da I República oferecem-nos uma visão incompleta ou deturpada do clientelismo e da sua incidência social. Tudo se passa como se tivéssemos de optar entre uma componente residual, sem demasiada importância, e um elemento que, embora importante, se somaria, atomisticamente, aos restantes elementos da "sociedade global". Este tipo de abordagem dispensa uma apreensão teórica do clientelismo e do seu relacionamento com outros princípios de organização social.

Os aspectos teóricos não deixarão de comparecer no presente artigo (que visa apenas uma aproximação genérica e não exaustiva), juntamente com os dados históricos julgados indispensáveis. No primeiro capítulo descreveremos as particularidades do tipo clientelar (infra-estrutura, condições de emergência, articulação política e matriz ideológica). O segundo capítulo ocupar-se-á dos principais vínculos e fontes de patrocínio (as máquinas caciquistas).

---

\* Docente do ISCTE, investigador no CIES.

Seguir-se-á um capítulo sobre as "eleições feitas" e a relação entre exercício do poder e sucesso eleitoral, completadas por uma breve referência aos sistemas partidários. Por último, procuraremos discutir (e reconstituir) a complexidade do sistema político global, abordando a articulação entre o clientelismo e outras modalidades de organização e distribuição do poder.

## 1. Características gerais do caciquismo

A palavra cacique começou por designar os chefes índios da América do Sul, que os conquistadores espanhóis utilizavam para colmatar a distância entre a população autóctone e a administração colonial. O poder dos caciques assentava nas boas relações que mantinham com o centro administrativo e que lhes permitiam servir os interesses locais, ao mesmo tempo que se serviam para uso próprio da influência assim adquirida<sup>3</sup>. Foi com este sentido que o termo transitou para os países ibéricos, assinalando aspectos cruciais da organização política desde a segunda metade do século XIX<sup>4</sup>.

Nestes países, tal como nas antigas colónias espanholas, o poder do cacique numa determinada circunscrição nutria-se da sua capacidade para distribuir bens e serviços por um núcleo mais ou menos reduzido de seguidores ou clientes. Distribuição que, assumindo uma forma singular e discriminatória, se baseava, quer em recursos pessoais, quer no favor administrativo. Nela se incluíam empregos e meios básicos de subsistência; a segurança perante situações de miséria económica ou doença; a protecção ante o banditismo, os inimigos pessoais e as ameaças públicas (polícias, tribunais, agentes fiscais, serviço militar, etc.). Os caciques garantiam ainda serviços de natureza colectiva (estradas, pontes, escolas...) <sup>5</sup>.

Quanto aos fluxos do cliente para o cacique, refiram-se o contributo em trabalho para as terras ou empresas do patrono (embora inserido numa relação distinta da que se reporta ao contrato impessoal); o fornecimento de serviços e bens suplementares para a casa deste, os quais podiam ser substanciais ou possuir um valor meramente simbólico enquanto expressão de deferência; a promoção dos interesses públicos do cacique: desde a defesa da sua reputação até à prestação de informações, passando pelo apoio político e eleitoral<sup>6</sup>.

Tais fluxos correspondem a um intercâmbio de bens não comparáveis entre agentes desiguais em termos de poder económico e/ou influência. As ofertas do cacique são mais tangíveis do que as do cliente; e se as necessidades do último são normalmente prementes, as do cacique, ainda que consideráveis, tendem a revestir-se de um alcance marginal. É neste sentido que se justifica falar não só de "amizade instrumental", mas também de *vínculo de patrocínio* ou *amizade assimétrica*. Mediante este vínculo, o cliente fica moralmente obrigado a exprimir e demonstrar lealdade perante o patrono; torna-se mem-

bro de uma facção e desempenha uma função de competição em relação aos dirigentes das outras facções<sup>7</sup>.

Contudo, o grau de assimetria varia de acordo com a situação das partes implicadas. Sem ir mais longe, mencionem-se o tipo de controlo sobre os recursos desejados pelo cliente, em especial o número de patronos em condições de poder fornecê-los; o nível de vida e a diversidade de aptidões/ocupações do cliente; a premência, a raridade e o valor dos bens e serviços almejados. Por conseguinte, os clientes nem sempre carecem de *status* social, bens económicos e poder político. Frequentemente, os influentes locais são meros clientes de influentes situados mais acima, os quais, por sua vez, servem influentes em lugar superior, e assim sucessivamente até se formar uma cadeia de redes caciquistas a nível nacional.

Os partidos de regime eram informados por estas redes, constituindo, na opinião de Joaquín Costa, "um vasto sistema de governo, organizado à maneira de uma maçonaria por regiões, por províncias, por cantões e municípios, com os seus turnos e as suas hierarquias"<sup>8</sup>. Deste modo, o sistema converte-se numa totalidade percorrida por relações oligárquico-clientelares, cujos degraus acompanham as divisões administrativas.

Trata-se de uma cadeia que reencontramos na sociedade portuguesa do período. Sob a Monarquia, "o dirigente distrital do partido, que pode exercer o cargo de governador civil quando a sua organização se encontra no poder, é uma figura crucial de uma cadeia cujo topo é o líder partidário - que ocupa quase invariavelmente, quando no poder, o cargo de presidente do Ministério, acumulando, muitas vezes, com a pasta política, o Ministério do Reino - e cuja base reside nos influentes de freguesia ou de aldeia"<sup>9</sup>. A I República não foi ainda contemplada com análises pormenorizadas sobre a articulação global das redes clientelares. O que não significa que esta articulação tenha passado despercebida aos observadores do tempo. Disto testemunha o dirigente evolucionista Mesquita de Carvalho, ao definir o caciquismo como uma "engrenagem admiravelmente montada, cujo primeiro elo está no Terreiro do Paço e o último se encontra no mais modesto regedor da mais remota paróquia"<sup>10</sup>.

Um dos traços distintivos da competição política no sistema clientelar é a ausência ou a precaridade da "luta de ideias". E compreende-se porquê: se os únicos bens susceptíveis de integrar um programa político ou um conjunto ideológico são os bens *indivisíveis*, dirigidos à sociedade global ou, pelo menos, a um sector da sociedade, o caciquismo distingue-se, precisamente, pela reclamação e repartição de bens *divisíveis* (favores pessoais, singulares)<sup>11</sup>.

A *fierté* e a moralidade do caciquismo nutrem-se, fundamentalmente, da fidelidade a pessoas, sendo esta inseparável do culto de valores como a gratidão, a lealdade, a honra e a virilidade. É notória a indiferença dos caciques

perante as concepções de justiça e direito proclamadas pelo discurso oficial, indiferença que só não era maior porque a actualização virtual daquelas concepções ameaçava directamente o sistema. Em suma, tem pouco sentido invocar transgressões éticas relativamente ao campo simbólico do patrocínio, já que "aquilo que de outros pontos de vista poderia interiorizar-se como abuso, era norma no sistema caciquista"<sup>12</sup>.

Jacinto Cândido expôs claramente as condições da coesão partidária nos finais da Monarquia, ao notar que "se lhes faltam a um compromisso de despacho dum cliente, ou se não satisfazem uma pretensão local, mudam-se para o campo oposto, para tirar a desforra"; consequentemente, os partidos "não trabalham sobre ideias de governação, trabalham sobre interesses de facção e de pessoas"<sup>13</sup>. O predomínio das relações "desideologizadas" nos partidos da República é patente nos termos da polémica em que se envolveram os Evolucionistas e os Unionistas em 1914, quando da malograda tentativa de fusão das respectivas organizações. Os Evolucionistas entendiam que a fusão seria impraticável. A sua previsão fundamentava-se em motivos tão simples quanto plausíveis: visto que a solidariedade interna de ambos os partidos assentava, sobretudo, nas "qualidades pessoais" dos seus chefes, "se quisermos pensar em juntar, em fundir, as duas psicologias de António José de Almeida e Brito Camacho - nós encontramos-nos diante do absurdo"; mais do que isto, "cada um destes homens tem amigos. E a amizade não se quebra facilmente, nem pode ser vencida com decretos e resoluções de assembleias"<sup>14</sup>.

O clientelismo é usualmente associado a contextos de subdesenvolvimento, embora possa surgir em contextos diferentes. No que respeita à sociedade portuguesa, a situação é sobejamente conhecida: atraso da sociedade civil, nas vertentes económica e cultural, e atrofia/inércia dos "órgãos legítimos" do sistema político. Para a maioria iletrada e desmobilizada, o Estado liberal moderno (ou semimoderno) operava num idioma ininteligível e representava uma ameaça permanente. Por outro lado, o mercado e as instituições formais da sociedade estavam longe de assegurar o fluxo requerido de bens e serviços. A penúria de recursos do Estado impedia-o de implementar acções em diversos domínios essenciais, como a economia, a saúde e a educação.

Nestas circunstâncias, o concurso dos caciques e das redes informais de intermediação era imprescindível para obter benefícios e evitar perseguições. Todavia, a sua funcionalidade não se esgota nisso. Citando António José de Almeida, o caciquismo "está para o regime como o coração está para o organismo em que bate (...). Se o caciquismo desaparecesse em Portugal, a Monarquia começaria a boquejar como um peixe fora de água, e morreria dentro em pouco"<sup>15</sup>. Com efeito, os influentes e galopins disseminados pelo território nacional desempenhavam funções vitais para o equilíbrio e a persistência do sistema político, desde a filtragem e satisfação de interesses pessoais

e comunitários até à criação de condições propícias ao acatamento ou reconhecimento do poder central.

## 2. Vínculos e fontes de patrocínio

Durante o período em análise, os bens mais compensadores em termos de apoio eleitoral eram os empregos, representações e promoções na função administrativa. E isto por diversas razões: o "trabalho lucrativo" oferecia oportunidades muito limitadas; a educação familiar e escolar não incentivava o gosto pelas carreiras independentes; enfim, à falta de outros meios, os governos tendiam a compensar serviços e dedicações com os únicos lugares de que dispunham<sup>16</sup>.

Se a "empregomania" se concentrava nos centros urbanos, nas zonas rurais salientavam-se as obras públicas, os chamados melhoramentos materiais. A relação entre os melhoramentos e o clientelismo revela-se no facto de eles serem bens colectivos *concebidos com uma intenção singular*. Isto mesmo foi sublinhado por Augusto Fuschini em 1899, ao observar que "estradas absurdas e dispendiosas vão servir exclusivamente as propriedades dos grandes influentes eleitorais que a seu turno, ou por si ou por interposta pessoa, põem à disposição dos governos partidários a vontade submissa e o voto subserviente no Parlamento"<sup>17</sup>. Mas ainda que concebidos com uma intenção colectiva, os melhoramentos podiam conservar traços singulares, nisto se diferenciando das figuras políticas modernas, desde que o cacique permanecesse o eixo central do processo, chamando a si o exclusivo das negociações e colhendo os dividendos subsequentes.

A importância decisiva dos empregos e dos melhoramentos materiais remete para a dominância de certos vínculos e fontes de patrocínio. Recorrendo à tipologia de J. Varela Ortega<sup>18</sup>, eles denotam o predomínio do *caciquismo transicional e apoio por compensação concreta*, ou seja, uma relação baseada no intercâmbio de bens claramente especificados e materializados, orientada para grupos reduzidos e originando uma ampla corrupção administrativa.

Esta relação coexistia com outras modalidades, nomeadamente o *caciquismo transaccional e apoio comprado* (o "carneiro com batatas" ou o dinheiro no dia das eleições) e o *caciquismo tradicional e apoio deferencial*, fundado em trocas menos específicas e situado em zonas da província relativamente fechadas ao meio envolvente.

Pelo que temos vindo a dizer, o caciquismo transicional ou dominante alimentava-se, sobretudo, dos recursos do Estado. Ora, esta conexão vem mostrar o peso estratégico e a ascendência do "caciquismo do Terreiro do Paço" (conhecido também por "burocrático" ou administrativo) sobre as restantes fontes de patrocínio.

De entre estas destacava-se a propriedade. Segundo Oliveira Martins, a sua importância associava-se ao "poder que um grande proprietário tem em povoações mais ou menos suas vassalas, como por exemplo no distrito de Castelo Branco, o sr. Vaz Preto Geraldês, tipo perfeito do género"<sup>19</sup>. Para o republicano José Barbosa, o clericalismo era "outra máquina de extorsão de votos", estimulada ou tolerada pelos governos monárquicos<sup>20</sup>. Com o advento da República, o caciquismo clerical perdeu muita da sua importância. Ainda assim, a interferência da Igreja nas "rudes campanhas políticas" é assiduamente referida por jornais republicanos<sup>21</sup>. A própria imprensa católica nem sempre dissimula tal facto: por exemplo, quando da eleição de 1925, o *Novidades* atribui ao "zelo brioso do seu clero" um papel decisivo na vitória dos Católicos na Lousada<sup>22</sup>.

Podemos precisar as causas da ascendência do patrocínio político-administrativo dizendo que o cacique tinha possibilidade de "oferecer um número limitado de favores se o seu poder fosse simplesmente pessoal (como empregos em meios de produção por ele controlados, por exemplo). Inserido num conjunto que periodicamente controla o poder político, os meios de que dispõe amplificam-se. São os do próprio Estado"<sup>23</sup>. Era exactamente nesta desigualdade de condições que radicava o empenhamento de muitos influentes locais, incluindo proprietários, na política partidária, subordinando-se às chefias dos partidos de regime e às elites centrais.

A concluir, observe-se que a supremacia do caciquismo transicional-administrativo implicava a existência de camadas sociais cuja vida exigia uma multiplicidade de relações com a sociedade envolvente, e que dispunham de um quadro institucional mínimo para poderem efectuar os intercâmbios necessários. A emergência destas interacções traduz uma certa irrupção do meio urbano e do governo central nas zonas rurais, processo ligado aos resultados do progresso encetado pelo "fontismo" em matéria de caminhos-de-ferro, mercados, obras públicas, codificação, etc..

### 3. Exercício do poder e sucesso eleitoral

Sob a Monarquia, o êxito eleitoral coincide quase sistematicamente com o exercício do poder, sendo muito raro que o partido no Governo saia derrotado das urnas<sup>24</sup>. Implantada a República, o papel do Governo continua a ser decisivo: a eleição de 1911, preparada pelo Partido Republicano, deu a este a maioria esmagadora dos lugares na Assembleia Constituinte; a organização das eleições de 1913, 1915, 1917, 1919, 1922 e 1925 coube a ministérios exclusiva ou predominantemente democráticos, os quais obtiveram invariavelmente a maioria dos lugares em disputa; dos restantes actos eleitorais, o de 1918 foi "feito" e ganho pelo governo sidonista (Partido Nacional Republicano) e o de 1921 pelo ministério liberal de B. do Queiroz.

A relação entre exercício do poder e sucesso eleitoral resultava fundamentalmente de condições não competitivas e subcompetitivas, garantidas pela manipulação ostensiva das leis eleitorais, pelo acordo entre os partidos de regime (sobretudo na Monarquia), pela fraude nas urnas e pela intimidação/violência sobre eleitores e candidaturas da oposição, sem esquecer a distribuição generosa de empregos, melhoramentos e outros favores pessoalizados<sup>25</sup>. Por tudo isso, os sufrágios tinham escassa influência na determinação do Parlamento e do Governo, que os organizava para sancionar uma situação previamente adquirida.

A interferência do Governo e dos caciques pressupunha a apatia generalizada da população. É certo que esta atitude se atenuou com o advento da República: a mobilização e a participação aumentaram nas zonas urbanas, além de se terem alargado a novos grupos e regiões, como os trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo. Porém, estes progressos não atingiram o grau de consistência e a amplitude capazes de erradicar o controlo caciquista. E é justamente a persistência da desmobilização da maioria que explica a circunstância e as (raras) tentativas de moralizar "de cima" o processo eleitoral, evitando a interferência do Governo, terem redundado no acréscimo da iniciativa dos influentes sociais. Estes limitaram-se a ocupar o espaço abandonado por outros<sup>26</sup>.

O mecanismo das "eleições feitas" coabitou com diversos tipos de sistema partidário. O campo de variação deste sistema era balizado pelas exigências derivadas de um Estado liberal pervertido por relações clientelares. Se, por um lado, qualquer partido tinha garantidas a existência e a condição de candidato legal e legítimo, por outro lado, o poder tendia a exercer-se em moldes tanto quanto possível "exclusivistas" e ininterruptos. Isto deve-se ao facto de os resultados da competição política e o êxito ou a própria sobrevivência dos partidos se determinarem essencialmente em função, não da oferta de produtos ideológicos e programáticos diferenciados, mas de um conjunto de regras e procedimentos discriminatórios que implicavam o controlo continuado ou assíduo dos recursos do Estado.

Entre 1851 e os finais do século XIX, esta tendência foi, de certo modo, esbatida pela prática do acordo a dois: a maioria dos assentos parlamentares é alternadamente partilhada pelos Regeneradores e Históricos, depois pelos Regeneradores e Progressistas, dando lugar ao *bipartidarismo perfeito*. Ao longo da década de 1900, paralelamente ao acentuar da crise do regime e à pulverização partidária, instala-se o sistema de *multipartidarismo perfeito*: o potencial de governo e de coligação torna-se extensivo a, pelo menos, seis partidos e facções, a par do reforço parlamentar do Partido Republicano.

Na I República sobressai o sistema de *partido dominante*, tendo em vista que os Democráticos conseguiram quase sempre a maioria dos assentos parlamentares. Mas, em determinadas fases, assistiu-se ao desmoronamento da

posição dominante deste partido, precipitado por factores alheios aos actos eleitorais. Entre estes factores contam-se os golpes e pressões militares, que colocaram outros partidos no poder, originando, por vezes, governos autoritários mais ou menos breves (Pimenta de Castro, Sidónio Pais...), mas sem se chegar à instauração de sistemas de partido único.

#### 4. A hibridez das interacções e instituições

Até este momento preocupámo-nos em isolar e destacar as relações clientelares, o que faz supor o reconhecimento da sua importância real. Porém, como nota J. Waterbury, estas relações não são exclusivas: o patrocínio, ainda que predominante, não esgota o sistema político e a abordagem clientelar é insuficiente como explicação do modo de funcionamento do sistema<sup>27</sup>. A situação usual é, portanto, a hibridez das interacções políticas.

Esta hibridez pressupõe e determina a heterogeneidade dos grupos e organizações, normalmente expressa pela distinção entre redes *verticais* e redes *horizontais*. As primeiras associam-se às estratégias caciquistas; "cortam" através das colectividades e agregam categorias/interesses diferentes em termos de poder e riqueza, o que acentua os aspectos piramidais. Por seu turno, as redes horizontais ligam-se às estratégias baseadas em relações de classes, envolvendo elementos com um grau de poder idêntico e que tendem a agir colectivamente<sup>28</sup>. As duas redes coexistem assiduamente numa mesma organização ou grupo.

As proposições aduzidas são plenamente confirmadas pela análise da sociedade portuguesa da época. A importância das redes verticais não impedia a presença de redes horizontais colectivas. Exemplificando, o Partido Republicano e os seus principais sucessores, designadamente os Democráticos, tiveram relações efectivas com clubes, associações profissionais e grupos de pressão, além de um militantismo de base<sup>29</sup>. A chamada crise da guerra, se debilitou seriamente os partidos de regime, incentivou também a "horizontalização" dos conflitos e o reforço dos sindicatos operários e das associações patronais. Estes adquiriram uma influência considerável, não só ao nível social como ainda na esfera política<sup>30</sup>.

Todavia, uma coisa é reconhecer os progressos das estratégias e redes colectivas, outra é afirmar a sua ascendência sobre os restantes princípios de organização social, nomeadamente os que se baseiam no clientelismo. Convém evitar as leituras eufóricas (e redutoras) que se poder inferir das análises centradas, quer no desenvolvimento do movimento operário e do associativismo patronal, quer na modernização dos partidos. E há que evitá-las porque a questão fundamental é, de facto, a outra; a saber, a consistência dos segmentos colectivos relativamente às interacções sociais globais.

Nesta perspectiva, e para lá dos elementos aduzidos nos capítulos anteriores, afiguram-se-nos bastante esclarecedores os estudos que têm vindo a insistir seja no carácter *semiperiférico* da sociedade portuguesa, seja nos aspectos *neopatrimonialistas* da mesma<sup>31</sup>. Numa citação abreviada, o neopatrimonialismo distingue-se pela exiguidade dos recursos económicos da sociedade e pelas limitações dos órgãos representativos dos interesses sociais. As funções de intermediação efectuam-se essencialmente, através das organizações políticas, e estas carecem de uma relação de representatividade associada a interesses sociais específicos. Desponta, assim, uma situação de sobrepoder da esfera política, na qual a escassa autonomia dos grupos sociais e da sociedade civil se adiciona à convergência de interesses e de formas de actuação entre as elites políticas e as elites sociais. O clientelismo assume grande relevância enquanto modo normal de organização e expressão dos interesses<sup>32</sup>.

Naturalmente, o quadro delineado reporta-se a uma abordagem macroscópica, centrada no longo termo, e, como tal, dispensa uma visão das especificidades locais ou das flutuações cíclicas. Considerando, porém, a globalidade do período, é indesmentível que as funções de intermediação mantiveram uma relação privilegiada com os grupos políticos, e estes com as formas clientelares de expressão e organização dos interesses, como sugere uma breve incursão pelos partidos de regime.

Não obstante o seu carácter moderno e inédito da cena política dos finais da Monarquia, o Partido Republicano ostentava uma hibridez que o aproximava, por vezes, dos partidos então dominantes. Sabe-se que o concelho de Grândola, nos anos 90, era "governado despoticamente" pelo republicano Jacinto Nunes; este "fazia" as eleições a seu prazer, distribuindo os votos pelo seu partido e pelos governos monárquicos, com os quais tinha relações estreitas<sup>33</sup>. Segundo um artigo recente, a partir de 1906, os Republicanos assimilaram progressivamente o caciquismo tradicional nos concelhos limítrofes de Lisboa<sup>34</sup>. Circunstância que levaria um jornal monárquico a admitir, depois do 5 de Outubro, que o Partido Republicano havia acolhido "vários indivíduos arredados, por imprestáveis, de todas as clientelas monárquicas"<sup>35</sup>.

Se já antes do 5 de Outubro se detectam indícios de caciquismo nas hostes republicanas, posteriormente assiste-se a uma rápida integração dos esquemas clientelares por parte dos dirigentes e quadros "históricos"<sup>36</sup>, ao mesmo tempo que inúmeras personalidades e redes verticais da Monarquia se transferem para o Partido Republicano e para os seus herdeiros. Os conversos fizeram-se "por essas províncias fora *afonsistas* ou *almeidistas*, e, aqui e acolá, *camachistas*, com a mesma crença política e a mesma lavada consciência com que, nos tempos *ominosos*, eram ferozes *franquistas*, *lucianistas*, *teixeiristas*, *henriquistas* ou *alpoínistas*"<sup>37</sup>.

Trata-se de um processo que se foi estabilizando e purificando ao longo dos anos, levando Bernardino Machado a lastimar, no termo do regime, que não houvesse nenhum partido "para as mais generosas aspirações", e que os existentes estivessem "desorganizados, reduzidos a clientelas nas mãos de

oligarquias ou de caciques<sup>38</sup>. Com efeito, entre 1920 e 1926, a rede de protecções e a "empregomania" terão pesado mais que nunca nos sucessivos êxitos eleitorais do Partido Democrático<sup>39</sup>.

A organização e a contextura estrutural dos partidos de regime não podiam deixar de exprimir a relevância das interacções clientelares. Esta relação tem sido depreciada pelos historiadores e cientistas sociais, pelo que nos limitaremos a adiantar algumas hipóteses em jeito de conclusão<sup>40</sup>:

- enquanto sistema fundado na amizade assimétrica e em redes piramidais, o clientelismo é perfeitamente congruente com a importância fulcral dos quadros nacionais (chefes e marechais), a forte centralização interna e o pendor oligárquico das organizações;
- a circunstância de o clientelismo se basear na repartição de bens divisíveis e em relações "cara a cara" é susceptível de esclarecer aspectos tão distintos como o menosprezo da representação global da colectividade e a sobreposição dos laços pessoais aos vínculos burocrático-institucionais, além da precaridade da luta de ideias (acima referida);
- tais aspectos, aliados à natureza discriminatória do sistema, não serão totalmente estranhos ao facto de a dimensão numérica e o militantismo dos filiados permanecerem reduzidos ou de as verdadeiras bases dos partidos quase se confinarem aos caciques locais, pelo menos além dos perímetros urbanos.

Se bem que essas relações pareçam plausíveis, a verdade é que o caciquismo não explica tudo. Bastará observar que alguns dos traços mencionados são comuns aos partidos de quadros não pervertidos (ou menos pervertidos) pelas relações clientelares. Em todo o caso, uma análise consistente dos partidos da Monarquia e da I República não deverá ignorar as potencialidades heurísticas da abordagem clientelar.

## Notas

- 1 Alan Zuckerman, "Clientelist politics in Italy", in Ernest Gellner e John Waterbury (ed.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, Londres, Duckworth, 1977, pp. 63-79; Yannis Papadopoulos e Semih Vaner, "Le Clientélisme de Parti", *CEMOTI* (Fondation Nationale des Sciences Politiques), Paris, n.º 7, 1989, pp. 3-21; para a sociedade portuguesa actual, ver Fernando Farelo Lopes, "Panorama de la Littérature sur le Clientélisme au Portugal", *CEMOTI*, n.º 9, 1990, pp. 85-90.
- 2 É de salientar o artigo de José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, "Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901", *Análise Social*, XVIII (72, 73, 74) pp. 649-671.
- 3 José Varela Ortega, *Los amigos políticos. Partidos, elecciones y caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Alianza Editorial, 1977, pp. 353-354.
- 4 Entre nós, tais aspectos eram anteriormente assinalados pelo termo "influentes".
- 5 Em Portugal, estes serviços eram conhecidos por "melhoramentos materiais".
- 6 Para uma visão mais completa das trocas caciquistas, ver James Scott, "Patronage or exploitation?", in Ernest Gellner e John Waterbury, *op. cit.*, pp. 23-24.

- 7 Eric R. Wolf, "Relaciones de Parescesco, de Amistad y de Patronazgo en las Sociedades Complejas", in: Michael Banton (org.), *Antropología social de las sociedades complejas*, Madrid, Alianza Editorial, 1980 (ed. original: 1966), p. 34.
- 8 Joaquín Costa, *Oligarquía y caciquismo como la forma actual de gobierno en España: Urgencia y modo de cambiarla*, Madrid, 1902, p. 18.
- 9 José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, "Caciquismo e poder político...", *op. cit.*, p. 666.
- 10 Artigo na *República*, de 18 de Junho de 1913.
- 11 José Varela Ortega, *op. cit.*, p. 358.
- 12 *Idem*, p. 355.
- 13 Jacinto Cândido, *A Doutrina Nacionalista*, Póvoa de Varzim, 1909, pp. 31 e 35.
- 14 *República*, 22 de Março de 1914.
- 15 António José de Almeida, "Galopins", *Alma Nacional*, nº 28, Agosto de 1910.
- 16 Léon Poincard, *Le Portugal Inconnu*, Paris, 1910, p. 416; Lino Netto, *A Questão Administrativa (O Municipalismo em Portugal)*, Lisboa, s.d., p. 214.
- 17 Augusto Fuschini, *O Presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, 1899, p. 142.
- 18 José Varela Ortega, *op. cit.*, pp. 360-361.
- 19 Oliveira Martins, *Dispersos*, Lisboa, 1923, vol. I, p. 51.
- 20 José Barbosa, "Guerra aos Caciques", *Alma Nacional*, nº 31, Setembro de 1910.
- 21 Ver, entre outros, *O Mundo*, de 28 de Maio de 1919.
- 22 Número de 11 de Novembro de 1925.
- 23 José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, "Caciquismo e poder político...", *op. cit.*, p. 667.
- 24 *Idem*, pp. 653-654.
- 25 Estas práticas são por nós abordadas na dissertação de Doutoramento *A I República Portuguesa: Questão Eleitoral e Deslegitimação*, Lisboa, 1988.
- 26 Foi o que sucedeu quando das tentativas moralizadoras empreendidas pelos ministérios Barros Queiroz (1921) e Domingos Pereira (1925).
- 27 John Waterbury, "An attempt to put patrons and clients in their place" in Ernest Gellner e John Waterbury, *op. cit.*, p. 332.
- 28 *Idem*, p. 333.
- 29 Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Directo Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 162-171.
- 30 Fernando Medeiros, *A Sociedade e a economia portuguesa nas origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, Vol. I.
- 31 Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990; Joaquim Aguiar, "Formas de dominação e sociedade: o caso do neopatrimonialismo", *Análise Social*, Vol XXIII (96), 1987, pp. 241-278.
- 32 Joaquim Aguiar, *op. cit.*
- 33 Augusto Fuschini, *Liquidações políticas. Vermelhos e Azuis*, Lisboa, 1896, p. 105.
- 34 Pedro Tavares de Almeida, "Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)", *Análise Social*, nº 85, p. 138.
- 35 *O Dia*, 31 de Dezembro de 1912.
- 36 António Cabral, *As minhas memórias políticas. Em plena República*, Lisboa, 1932, pp. 97-106; *Revista Católica*, 4 de Março de 1911; *O Mundo*, 30 de Outubro de 1911; *A Luta*, 31 de Outubro de 1911.
- 37 *O Dia*, 23 de Setembro de 1913.
- 38 Bernardino Machado, *Depois de 21 de Maio*, Coimbra, 1925, p. 144.
- 39 Douglas L. Wheeler, *História política de Portugal. 1910-1926*, Lisboa, Europa-América, 1985, pp. 179-186.
- 40 Os elementos referentes à organização/estrutura dos partidos da Monarquia e da I República são retirados de Marcelo Rebelo de Sousa, *op. cit.*, pp. 164-171.